

Ano XX nº 5347 – 16 junho de 2016

Assédio Moral: Danos da humilhação à saúde

A humilhação constitui um risco invisível, porém concreto nas relações de trabalho e a saúde dos trabalhadores, revelando uma das formas mais poderosas de violência sutil nas relações organizacionais, sendo mais frequente com as mulheres e adoecidos. Sua reposição se realiza 'invisivelmente' nas práticas perversas e arrogantes das relações autoritárias na empresa e sociedade.

A humilhação repetitiva e prolongada tornou-se prática costumeira no interior das empresas, onde predomina o menosprezo e indiferença pelo sofrimento dos trabalhadores/as, que mesmo adoecidos/as, continuam trabalhando.

Frequentemente os trabalhadores/as adoecidos são responsabilizados/as pela queda da produção, acidentes e doenças, desqualificação profissional, demissão e conseqüente desemprego. São atitudes como estas que reforçam o medo individual ao mesmo tempo em que aumenta a submissão coletiva construída e alicerçada no medo. Por medo, passam a produzir acima de suas forças, ocultando suas queixas e evitando, simultaneamente, serem humilhados/as e demitidos/as.



Mídia da Campanha Nacional já está no forno



A quinta reunião do Coletivo Nacional de Mídia da Contraf-CUT debateu, na última terça-feira (14/06), a arte da Campanha Nacional dos Bancários 2016, para ilustrar o mote principal.

O secretário de Imprensa da Contraf-CUT, Gerson Pereira, enalteceu o debate de ideias para a realização de uma campanha unificada. "Nos reunimos tantas vezes para sair com um consenso. O objetivo é trabalhar para que os bancários tenham uma campanha de mídia forte, participativa e unificada."

O conjunto de profissionais de marketing trabalharão para finalizar toda a arte da campanha, que será apresentada na próxima reunião do Coletivo de Mídia do dia 06 de julho.

Depois da aprovação do Coletivo Nacional de Imprensa, a campanha passa pelo crivo do Comando Nacional dos Bancários para então ser apresentada na Conferência Nacional dos Bancários, que será realizada nos dias 29, 30 e 31 de julho.

Câmara aprova PL 4918, sem privatização

A mobilização dos trabalhadores garante uma importante conquista. As empresas públicas não poderão mais ser privatizadas, por meio do Estatuto das Estatais. A Câmara Federal referendou avanços obtidos no Senado, a exemplo da retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas. A exclusão do caráter privatista pode ser considerada uma derrota para o presidente provisório Michel Temer. Como anunciado por alguns ministros, a intenção do governo interino é vender tudo o que puder.

O PL 4918, aprovado pelos deputados na madrugada de quarta-feira (15/06), teve emendas e, portanto, retorna ao Senado. Mas, os parlamentares não podem mais adicionar nada. Apenas aprovar a matéria da Câmara (na íntegra ou parcialmente) ou retomar a proposta enviada à Casa. Com todas as modificações, a Caixa continua 100% pública. Sem dúvidas, uma vitória significativa. Já para as demais estatais, a avaliação do movimento sindical é de redução dos impactos negativos, o que também deve ser levado em consideração, sobretudo por conta da atual composição do Congresso Nacional, onde a maioria é comprometida com os interesses do mercado.

Pesquisa ajuda a definir reivindicações

O cenário nacional não é nada favorável ao trabalhador. O governo interino de Michel Temer ameaça conquistas históricas para todas as categorias. O momento requer, portanto, mobilização e unidade entre os bancários.

Com a proximidade da campanha salarial e para construir a pauta de reivindicações de forma democrática, o SindBancários Petrópolis disponibilizou uma pesquisa para os(as) bancários(as) para ser respondida e devolvida até o dia 06 de julho. Entre as questões abordadas, remuneração fixa e variável, índice de reajuste, emprego, saúde além de condições de trabalho. Afastamento por motivo de saúde e ainda opções para diagnósticos de temas como reforma da previdência, terceirização e democratização da mídia também são temas abordados. Os resultados obtidos servirão de base para a elaboração da minuta nacional de reivindicações, que será entregue à Fenaban.